

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

(Em Reais Mil)

Senhores Acionistas e Debenturistas,

A Administração da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. - denominada "Companhia" - tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores Acionistas e Debenturistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

AMBIENTE ECONÔMICO

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem seguido um caminho em direção à estabilização de sua conjuntura macroeconômica, condição fundamental para o crescimento sustentável, hoje, afetado pela crise.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 chegou a 5,1%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Parte desse resultado deve-se ao consumo do mercado interno, impulsionado pelo aumento da renda familiar e pela expansão do crédito nos primeiros trimestres do ano. É importante observar que o setor de energia elétrica tem superado ou acompanhado o crescimento do PIB.

A inflação em 2008 foi de 4,5%, acima da meta central estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Apesar de o índice ter recuado desde outubro, o Comitê de Política Monetária (Copom) adotou, em sua última reunião, a estratégia de reduzir a taxa de juros com o objetivo de restabelecer e manter sua meta em um patamar consistente em 2009.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,9%, próximo ao limite superior estabelecido pelas autoridades monetárias, o que indica, como resultado, uma aceleração dos preços. O Banco Central do Brasil (BACEN) manteve o processo de sucessivas altas nas taxas de juros - a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) passou de 11,25% ao ano, no início de 2008; para 13,75%, ao final. A instabilidade econômica mundial, desencadeada no último trimestre, provocou uma forte valorização do Dólar frente ao Real, da ordem de 31,9%.

As exportações encerraram o ano em cerca de US\$ 197,9 bilhões, representando um aumento de 21,8% em relação a 2007. As importações também cresceram, o avanço foi de 41,9% se comparado com o ano anterior.

Índice de Inflação IPCA

O IPCA é um índice de preços ao consumidor, publicado pelo IBGE, utilizado pelo governo para orientar as decisões de política monetária.

Esse índice mede a alteração da percentagem nos preços ao consumidor num período de 30 dias, com início no primeiro dia de cada mês, utilizando o mês anterior como referência. O IPCA reflete o consumo das famílias cuja renda varia do salário mínimo nacional até 40 vezes esse mesmo salário mínimo. O índice destina-se às áreas urbanas, inclusive Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Distrito Federal, Curitiba e Goiânia.

Índice de Inflação IGP-M

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) faz parte do conjunto de índices de inflação IGP, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O índice é composto por três componentes: Índice de Preços no Atacado (IPA), com 60% de peso; Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com 30% de peso; e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com 10% de peso. O IGP-M abrange o período do 21º dia do mês anterior ao 20º dia do mês corrente.

Evolução dos indicadores econômicos:

	Em 31 de dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
IGPM	9,81%	7,75%	3,83%	1,21%	12,41%
IPCA	5,90%	4,46%	3,14%	5,69%	7,60%
PIB	5,10%	5,40%	3,70%	2,90%	5,70%
Taxa de câmbio	2,3370	1,7713	2,1380	2,3407	2,6544
% Taxa de câmbio	31,90%	-17,20%	-8,70%	-11,80%	-8,10%
SELIC (alvo)	13,75%	11,25%	13,25%	18,00%	17,75%

APRESENTAÇÃO

A Companhia atua no setor de geração e comercialização de energia elétrica e está entre as três maiores geradoras privadas do país, em termos de capacidade instalada, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), representando, em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 2,3% de toda a capacidade instalada do Brasil.

O parque gerador da Companhia é composto por oito usinas hidrelétricas, dentre as quais seis são integralmente detidas pela Companhia e duas são compartilhadas por meio de um consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Todas estão situadas ao longo do rio Paranapanema, localizado na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná - principais centros de consumo do país - contando com um total de 29 turbinas e 2.307 MW de capacidade instalada total.

A Companhia foi constituída como sociedade anônima de capital aberto, denominada Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A., em julho de 1999. A criação da Companhia decorreu da cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (CESP). No mesmo ano, a Duke Energy do Sudeste Ltda., empresa controlada indiretamente pela Duke Energy Corp., adquiriu em leilão as ações representativas do bloco de controle da Companhia. Após o leilão de privatização, a Duke Energy International, Brasil Ltda. efetuou oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais remanescentes no mercado. Conseqüentemente, hoje, a Duke Energy Corp. detém indiretamente 94,7% do total do capital social da Companhia.

SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Visão geral

Em 21 de fevereiro de 2008, o Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da Portaria nº 48, aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) 2007-2016, o qual estabelece critérios para a expansão do sistema de energia elétrica brasileiro relativo aos mercados de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica para o período compreendido entre os anos de 2007 e 2016.

O PDEE visa à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de um planejamento que oriente as ações governamentais futuras e forneça uma correta sinalização a todos os agentes do setor elétrico brasileiro. O objetivo é garantir o suprimento de energia, de forma a mitigar impactos ao meio ambiente, minimizar custos totais (que incluem socioambientais e operação) e alocar, de forma eficiente, os investimentos (base para modicidade tarifária futura).

Os estudos de planejamento feitos pelo PDEE 2007-2016 sofrem revisões anuais que consideram, entre outras, as mudanças nas previsões de crescimento do consumo de energia elétrica e as reavaliações da economicidade e viabilidade dos projetos de geração.

De acordo com os dados da ANEEL, em janeiro de 2009, - considerando-se o parque gerador existente, as interligações internacionais em operação e a parcela de energia da usina hidrelétrica Itaipu importada do Paraguai - o Brasil tinha capacidade instalada de 110,9 GW, sendo que 69,9% correspondiam à geração hidrelétrica; 20,6% à geração termelétrica (gás natural, petróleo, biomassa e carvão mineral); 1,8% à energia nuclear; 0,3% à energia eólica; e 7,4% à importação de energia elétrica pelo SIN.

Atualmente, o SIN é dividido em quatro subsistemas elétricos: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Segundo o PDEE, está prevista, até janeiro de 2012, a integração dos sistemas isolados Acre-Rondônia e Manaus-Macapá. Jauru/Samuel (230 kV), do sistema Acre-Rondônia, entrará em operação em maio de 2009. Já em janeiro de 2012, Tucuruí/Manaus (Cariri - 500 kV) e Jurupari/Macapá (230 kV), no sistema Manaus-Macapá. As análises econômicas para a implementação do projeto já foram efetuadas. A integração trará uma expressiva redução na Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol).

De acordo com a ANEEL, existe um total de 2.022 empreendimentos de geração em operação no Brasil, gerando 102,8 GW de potência. A adição de 37,2 GW na capacidade de geração do país é esperada para os próximos anos; proveniente dos 143 empreendimentos atualmente em construção e mais 441 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada.

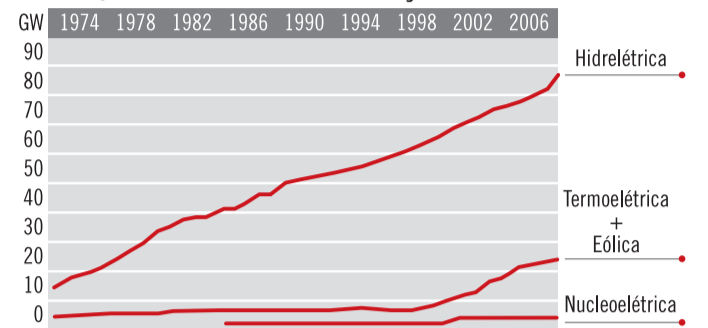
Aproximadamente 39% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil é, hoje, detida pela empresa Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) - incluindo a sua subsidiária integral Eletronuclear e a participação de 50% em Itaipu -, holding controlada pelo Governo Federal detentora de 65,9% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tais como a CESP, a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

O negócio de geração de energia elétrica

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - antigo Mercado Atacadista de Energia (MAE) - foi criada para regulamentar e contabilizar transações de compra e venda de energia. O Operador Nacional do Sistema (ONS) foi criado para coordenar a operação e o despacho de energia no sistema. ONS e CCEE são entidades privadas dirigidas por representantes da indústria.

A geração de energia elétrica no Brasil tem a característica peculiar de ser altamente baseada em fontes hidráulicas, com aproximadamente 75% da capacidade instalada nacional. A geração termelétrica é normalmente utilizada em sistemas isolados, como os da região Norte, em períodos de escassez de fornecimento hidrelétrico ou para garantir o suprimento de energia em casos de restrição elétrica.

Capacidade Instalada de Geração Elétrica



Fonte: MME - Balanço Energético Nacional 2008

Conforme informações obtidas a partir do site da Aneel, a capacidade instalada de geração elétrica foi acrescida de 2.158 MW em 2008.

O crescimento do consumo de energia elétrica em 2008 foi de 2,8% em relação a 2007, segundo dados divulgados pelo ONS. Entre os fatores que influenciaram esse desempenho abaixo do esperado estão as temperaturas mais amenas, a baixa performance do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o alto preço da energia elétrica no mercado de curto prazo (PLD) - durante os meses de janeiro e fevereiro - e a crise econômica mundial.

A tabela abaixo apresenta o consumo final energético total (incluindo o consumo do setor energético) para as duas trajetórias de crescimento analisadas no PDEE 2007/2016. Espera-se, portanto, que o crescimento do consumo de energia acompanhe de perto a evolução da economia, situando-se a elasticidade-renda em torno da unidade.

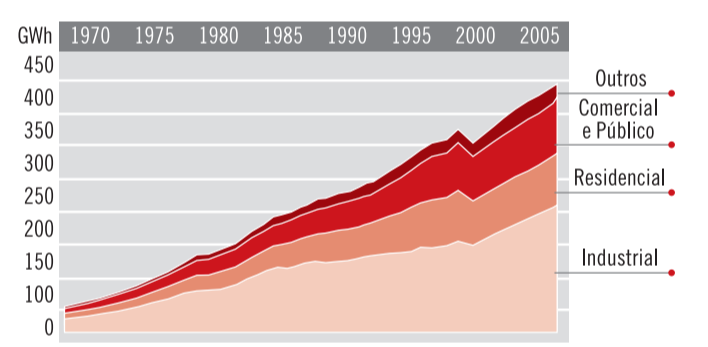
Tabela 46 - Brasil: Economia e Consumo Final Energético 2006/2016 - Trajetórias Superior e Inferior

	2006	2011	2016	Variação (% a.a.)		
				2006/2011	2011/2016	2006/2016
Consumo Final Energético c10º tep)*						
Inferior	193.627	236.732	298.910	4,1	4,8	4,4
Superior	193.627	244.934	316.647	4,8	5,3	5,0
PIB (10º R\$ 2006)						
Inferior	2.323	2.826	3.522	4,0	4,5	4,2
Superior	2.323	2.936	3.748	4,8	5,0	4,9
Intensidade Energética da Economia (tep/10º R\$ [2006])						
Inferior	0,083	0,084	0,085	-	-	-
Superior	0,083	0,083	0,084	-	-	-
Elasticidade						
Inferior	-	-	-	1,03	1,06	1,04
Superior	-	-	-	1,00	1,05	1,03

* Inclui o consumo do setor energético.

Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2007/2016 - EPE

O consumo de energia elétrica em 2008 mostra uma forte concentração no segmento industrial, com 47%; seguido do uso residencial, com 22%. Detalhamento na figura abaixo:



Fonte: MME - Balanço Energético Nacional 2008

Poucas variações ocorreram na estrutura de consumo no período de 1970 a 2007. O setor industrial apresentou uma ligeira queda de participação a partir da segunda metade da década de 80, mas se recuperou nos últimos anos. A queda verificada em 2001 e 2002 é decorrente das restrições impostas pelo racionamento de energia elétrica, que atingiu todas as classes de consumidores.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo industrial, até novembro de 2008, obteve um crescimento acumulado de 3,8% no período 12 meses. Como resultado da alteração do cenário econômico internacional, a taxa de crescimento observada em novembro foi de 0,1%, em comparação a 2007. Já o consumo do segmento residencial apresentou expansão de 5,7% entre janeiro e novembro de 2008, em relação aos mesmos meses de 2007. A categoria comercial registrou um crescimento de 7,8% nos mesmos períodos.

Análise Setorial

Até o momento, os estudos apresentados pela EPE apresentam uma projeção de crescimento para o mercado de energia elétrica superior a 4% ao ano, devendo ultrapassar a casa dos 54.000 MW em 2009. Entretanto, devido às incertezas no cenário econômico e, conseqüentemente, no consumo de energia elétrica, esses valores provavelmente serão revistos.

O planejamento governamental de médio prazo prevê a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 6 a 7 bilhões por ano para expansão da matriz energética brasileira, em atendimento à demanda do mercado consumidor.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil em 2008 foi de 110,9 GW, da qual 69,9% são provenientes de fonte hidrelétrica. A distância entre a região geradora de energia e a região consumidora ocasiona como particularidade do sistema elétrico brasileiro a necessidade de grandes extensões de linhas de transmissão. O mercado consumidor (mais de 50 milhões de unidades) concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, mais industrializadas. A região Norte é atendida de forma intensiva por pequenas centrais geradoras, sendo a maioria delas termelétrica, com o óleo diesel como combustível.

Grande parte do potencial hidráulico do país foi comprometida com usinas já construídas ou em construção, exceto no sul da Amazônia. Assim, os grandes projetos hidrelétricos tendem a concentrar-se nessa região, o que exige um investimento maior em linhas de transmissão devido à distância em relação aos centros consumidores.

A tendência para as regiões com potencial hidrelétrico esgotado é o desenvolvimento de projetos baseados em energia termelétrica, com destaque para usinas a gás, cujo fornecimento será garantido pelas reservas da Bacia de Campos, da Argentina e, eventualmente, da Bolívia. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) apresentou um levantamento realizado sobre o potencial hidrelétrico do país, então estimado em 260.000 MW, dos quais cerca de 26% já estariam em operação ou construção.

DESEMPENHO OPERACIONAL - Geração de energia

A Companhia gerou 10.973,82 GWh em 2008 - valor referente à geração bruta produzida, sendo aproximadamente 2,45% da geração de energia elétrica no Brasil no ano -, segundo o Centro de Operação via Sistema de Supervisão e Controle do ONS.

Operação

A Companhia opera suas usinas com base em dois contratos de concessão. O Contrato de Concessão 76/99 regula a concessão das Usinas Hidrelétricas (UHE) Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, pelo período de 30 anos, encerrando-se em 2029. O segundo Contrato de Concessão 183/98 regula a concessão dos aproveitamentos hidrelétricos Canoas I e Canoas II, os quais são compartilhados por meio do consórcio entre a Companhia e a empresa CBA, com prazo de 35 anos, com encerramento em 2033. A Companhia tem direito a 49,7% da energia gerada por Canoas I e Canoas II e a CBA tem direito aos 50,3% restantes.

A capacidade instalada total de suas oito usinas é de 2.307 MW. Devido à privilegiada localização, no rio Paranapanema, divisa dos estados de São Paulo e Paraná, os reservatórios da Companhia recebem a influência dos regimes hidrológicos das regiões Sudeste e Sul, e representam cerca de 6% do armazenamento de água das regiões Sudeste e Centro-Oeste.



A tabela seguinte representa a produção de energia elétrica das UHEs da Companhia:

Produção de Energia-GWh Usina	2008	2007	%
Jurumirim	517,80	474,89	9,04
Chavantes	1.757,32	1.390,51	26,38
Salto Grande	448,03	408,18	9,76
Canoas II	419,96	380,60	10,34
Canoas I	544,30	483,19	12,65
Capivara	3.502,43	3.198,75	9,49
Taquaruçu	1.961,87	1.894,33	3,57
Rosana	1.822,11	1.741,36	4,64
Total	10.973,82	9.971,81	10,05

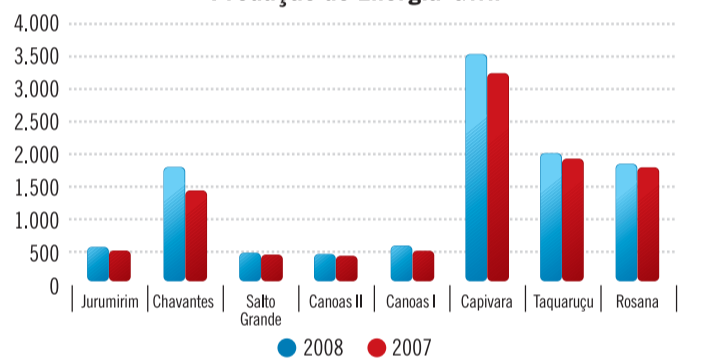
Em 2008, a produção de energia foi superior em 10,05% em relação a 2007. Um dos principais fatores foi a sequência hidrológica favorável nos últimos dois anos. O ano de 2008 encerrou-se com volumes muito próximos à média histórica da Companhia. É importante destacar que, mais uma vez, a produção verificada superou a energia assegurada para o ano, fixada em 9.548,21 GWh. Desta vez, foram excedidos 14,9%.

A Companhia tem operado com 95,3% de disponibilidade, valor que reflete a média ponderada dos últimos cinco anos, conforme procedimento aprovado pelo órgão regulador.

O desempenho operacional da Companhia decorre da experiência desenvolvida, da capacidade técnica e comprometimento de seus empregados, da política de dispêndio de capital consistente - incluindo as melhorias nos sistemas operacionais entre 2001 e 2008 - e da eficiente manutenção de seus equipamentos. Dessa forma, a Companhia consegue maximizar a sua disponibilidade e a confiança das suas instalações.

O desempenho geral das usinas permanece em patamar favorável. A Companhia, porém, desenvolve vários projetos que visam a melhoria de sua capacidade produtiva, com foco na confiabilidade dos equipamentos e na disponibilidade de suas instalações.

Produção de Energia-GWh



COMERCIALIZAÇÃO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico promoveu alterações significativas na regulamentação desse segmento com vistas a: (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade de geração; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil por meio de processos licitatórios.

As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- A criação de dois ambientes paralelos para a comercialização de energia, sendo: (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia para consumidores cativos, chamado de Ambiente de Contratação Regulada (ACR); e (ii) um mercado especificamente voltado a atividades não-reguladas, ou seja, o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual podem participar os geradores, consumidores livres, Produtor Independente de Energia (PIE), e os agentes comercializadores, o que permite certo grau de competição em relação ao (ACR);
- Obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% da sua demanda;
- Restrições a determinadas atividades das distribuidoras (tais como proibição de venda de eletricidade aos consumidores livres a preços não-regulamentados e desenvolvimento de atividades de geração e transmissão de energia elétrica), de forma a assegurar que elas estejam concentradas somente em sua função principal, para garantir serviços mais eficientes e confiáveis aos consumidores cativos;
- Existência de garantia física de lastro de geração para toda energia comercializada em contratos;
- Eliminação da auto-contratação (self-dealing), de forma a proporcionar um incentivo a distribuidoras na compra de energia a preços mais baixos disponíveis, em vez de comprar energia elétrica de partes relacionadas; e
- Respeito aos contratos firmados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a proporcionar estabilidade às transações efetuadas antes da sua promulgação.

De acordo com as regras do setor elétrico brasileiro, cada UHE recebe um determinado valor de energia assegurada. Esse número está baseado em uma fórmula de risco de fornecimento de energia elétrica definida pelo MME, que tem como referência os registros históricos dos recursos hídricos existentes. A energia assegurada representa o valor máximo de energia que pode ser vendido por aquela UHE de acordo com seu contrato de concessão, independentemente do volume de energia elétrica que é despachado por aquela usina.

A cada cinco anos, a Aneel pode rever o volume de energia assegurada em virtude dos contratos de concessão, com base na análise de diversos fatores - incluindo a disponibilidade da Companhia em anos anteriores - e manter, aumentar ou diminuir sua energia assegurada em até 5% do valor estabelecido na última revisão. As reduções durante o prazo de um contrato de concessão estão limitadas a um total de 10% do valor da energia assegurada constante no contrato de concessão. Geralmente, a análise da energia assegurada do MME envolve todos os geradores. O MME, em sua última revisão relacionada à Companhia, decidiu que o valor atual de energia assegurada da Companhia está garantida até 2014.

Atualmente, a energia assegurada da Companhia é de 1.086,9 MW, homologada pela Resolução ANEEL nº 453, de 30 de dezembro de 1998, dos quais 53,8 MW estão alocados para as UHEs Canoas I e II, as quais a Companhia opera em virtude de contrato firmado junto à empresa CBA. Dos 1.033,1 MW restantes de energia assegurada disponível para a Companhia, 33,1 MW são perdidos ou consumidos e 1.000,0 MW estão disponíveis para contratação.

A Companhia encerrou o ano de 2008 com 99% da sua energia contratada. Assim, ficou assegurada à Companhia maior estabilidade quanto ao seu fluxo de receitas para os próximos períodos. De forma complementar, a Companhia manteve com êxito o seu programa de fortalecimento da marca e a ampliação da capacidade de comercialização, refletidos no fechamento de novos contratos com consumidores livres e demais comercializadores e Produtor Independente em Energia (PIE).

A Companhia deu continuidade ao seu esforço de comercialização e marketing, tendo em vista a necessidade de recontração dos montantes de energia disponíveis para venda, ampliando o foco para a comercialização de energia elétrica no ambiente de livre-contratação, cuja participação no portfólio de contratos foi ampliada.

Os principais clientes da Companhia são as distribuidoras, os comercializadores e os consumidores livres de energia elétrica. A Companhia também negocia energia no mercado de curto prazo, denominado spot. No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2008, as receitas de venda de energia no ACR (distribuidoras) e no ACL (consumidores livres e comercializadores) representaram, respectivamente, 44,2% e 51,8% do total de sua receita bruta. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia havia celebrado contratos de venda de energia com 38 clientes no ACL localizados, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

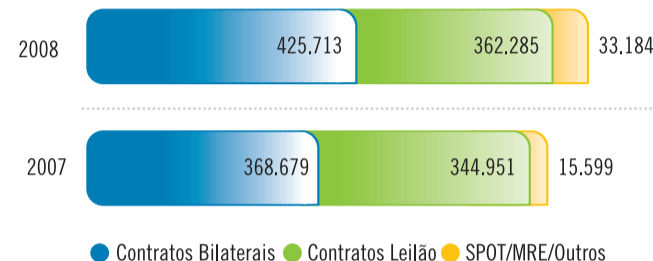
(Em Reais Mil)

continuação

A contribuição PIS/COFINS aumentou em 33,2% para R\$ 65.226 em 2008, em comparação aos R\$ 48.975 no mesmo período de 2007, principalmente como resultado do aumento da receita operacional, aliado a menores créditos compensáveis.

Em 2007, a Aneel, através do Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com P&D deveriam ser classificadas nesse grupo.

Composição da Receita



Receita operacional líquida

Como resultado dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida aumentou em 11,6% para R\$ 707.811 em 2008, em comparação aos R\$ 634.238 no mesmo período de 2007.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 337.154, em comparação com o mesmo período de 2007 (R\$ 373.125), esta redução foi devida à remensuração de seu passivo de TUSD-g, aliada à reversão de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) de valores ainda a receber.

Nas despesas de pessoal em 2008 houve aumento de 4,9%, principalmente em função do dissídio de 7% determinado em acordo coletivo.

Os serviços de terceiros totalizaram R\$ 32.279, 10,3% superior a 2007, devido principalmente aos reajustes regulares dos contratos. Essa rubrica engloba principalmente as despesas com consultoria e auditoria externa; manutenção e conservação de instalações; serviços técnicos e de informática.

Em comparação a 2007, as despesas com energia comprada reduziram 19,8%, em que se destacam a diminuição no volume das operações com compra de energia no mercado spot, e a diminuição nas operações de compra de energia provenientes do MRE, em função da maior geração de energia. As operações no mercado spot totalizaram R\$ 13.464 (R\$ 14.750 em 2007) equivalentes a 35.313 MWh (128.848 MWh em 2007), enquanto as operações provenientes do MRE fecharam o exercício com o montante de compra de R\$ 1.282 (R\$ 3.595 em 2007).

As despesas com encargos de uso da rede elétrica apresentaram redução de 23,8% em comparação com o mesmo período de 2007, devido a remensuração de seu passivo de TUSD-g, com base em Estudos Técnicos elaborados pela Universidade de São Paulo (USP) [vide Nota Explicativa nº 9].

Os pagamentos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos totalizaram R\$ 42.558, um aumento de 15,2% em relação a 2007. O cálculo da compensação financeira baseia-se na geração efetiva das usinas, a qual foi 10.501.061 MWh, 10,5% superior aos 9.500.345 MWh gerados em 2007. Houve, ainda, um aumento de 4,2% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR) de R\$ 57,63 em 2007 para R\$ 60,04 em 2008.

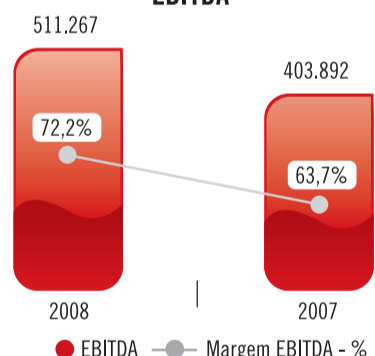
A variação na rubrica de outras despesas é decorrente principalmente da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 13.389 pelo acordo extrajudicial celebrado com as companhias CPFL Paulista e CPFL Piratininga em dezembro de 2008. Essa rubrica também é composta pelos custos com alugueis, seguros, impostos e taxas, entre outros.

EBITDA e margem EBITDA

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia apresentou crescimento de 28,6% em relação ao exercício anterior, em decorrência do aumento na receita operacional e da redução nas despesas operacionais.

	2008	2007
Lucro Líquido	148.332	72.783
Imposto de Renda e Contribuição Social	68.820	30.469
Resultado Financeiro (Líquido)	153.505	157.861
Depreciação e Amortização	140.610	142.779
EBITDA	511.267	403.892

EBITDA



Resultado financeiro

O resultado financeiro diminuiu em R\$ 4.356, 2,8% em relação ao exercício anterior. As receitas financeiras apresentaram aumento de 87,8% em comparação a 2007, decorrente da geração de caixa favorável, enquanto que o aumento de 9,3% nas despesas financeiras decorreu pela variação do IGP-M na atualização do empréstimo com a empresa Eletrobrás.

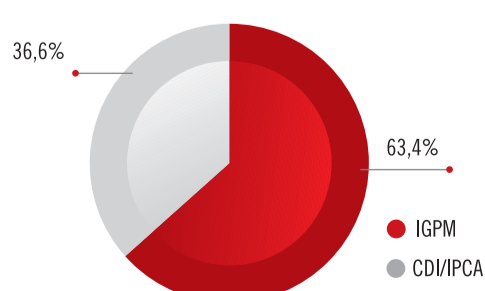
Dívida

A dívida totalizou um montante de R\$ 969.224 (R\$ 1.016.264 em 2007), cuja variação decorre da amortização no período.

Em 2008, foram emitidas Debêntures no valor de R\$ 340.890, divididas em duas séries, com o objetivo de utilizar os recursos para o pré-pagamento parcial do saldo devedor do contrato de empréstimo que a Companhia tem com a Eletrobrás [vide Nota 9].

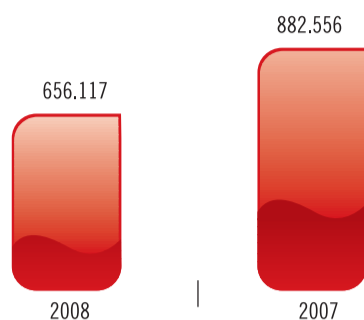
Perfil da Dívida	Moeda	Remuneração	Vencimento	2008	2007
Eletrobrás	Reais	IGP-M + 10%	mai/13	614.834	1.013.827
BNDES	Reais	-	fev/08	-	1.944
BNDES II	Reais	-	fev/08	-	493
Debêntures 1ª série	Reais	Variação CDI + 2,15% a.a.	set/13	259.508	-
Debêntures 2ª série	Reais	Variação IPCA + 11,6% a.a.	set/15	94.882	-
Total				969.224	1.016.264

Fator de Correção da Dívida 2008



A dívida líquida - representada pelo endividamento, deduzidos os recursos em caixa e aplicações financeiras - diminuiu principalmente pela geração de caixa das operações.

Dívida Líquida



Imobilizado

O ativo imobilizado contemplou, no exercício, adições da ordem de R\$ 16.822 (R\$ 20.837 em 2007). Apesar de a Companhia não ter previsão de realização de novas adições significativas, as principais aquisições nos últimos anos foram de novos equipamentos e repotenciações, visando maior confiabilidade na capacidade de produção.

MEIO AMBIENTE

Sendo a conservação ambiental um compromisso ético perante à sociedade, essa atitude permite à Companhia estar em conformidade com a legislação ambiental e gerir seu patrimônio de forma sustentável.

Várias são as atividades realizadas na busca pela regularização das UHEs frente à legislação vigente. Dentre elas, destacam-se a gestão do processo de licenciamento ambiental e suas atividades correlatas.

Em 2008, foram elaborados e enviados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) os relatórios ambientais para renovação da Licença de Operação (LO) das UHEs Chavantes e Salto Grande, descrevendo o estágio atual de seus programas ambientais e de seus compromissos expressos em suas LO vigentes. Esses relatórios foram protocolados juntamente com os pedidos de renovação dessas licenças, conforme prazo estipulado na legislação ambiental.

Em dezembro de 2008, a Companhia protocolou, junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, um pedido de prosseguimento ao licenciamento ambiental da UHE Jurumirim, mediante decisão do Ibama de que esse processo passará a ser conduzido pelo órgão ambiental estadual.

Durante o exercício de 2008, foram desenvolvidas atividades relativas tanto aos programas ambientais vinculados às LOs quanto aos processos de compensação ambiental, com destaque para:

- Produção e repovoamento, em reservatórios, de alevinos de espécies nativas da bacia do Paranapanema. A produção de alevinos, realizada pela Estação de Hidrobiologia e Aquicultura de Salto Grande, atingiu em 2008 um total de 1,5 milhão de exemplares das espécies piracanjuba, pacu, piapara e curimbatá, conforme proposto nos programas ambientais encaminhados ao Ibama. Esse programa é desenvolvido em parceria com as Faculdades Luiz Meneghel (Falm). No mesmo ano, também foi desenvolvido um P&D com a Fundação do Instituto de Biociências (Fundbio) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Campus Botucatu - para avaliar a eficiência dos processos de peixamento no alto rio Paranapanema;
- Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios de Chavantes, Salto Grande e Taquaruçu;
- Estudos sobre macrófitas aquáticas presentes nos reservatórios do Complexo Canoas e das UHEs Salto Grande, Capivara e Taquaruçu;
- Acompanhamento da infestação pelo mexilhão-dourado (Limnoperna fortunei) em suas fases larval e adulta nos reservatórios das UHEs Rosana, Taquaruçu, Capivara, Canoas I e II, Salto Grande e Chavantes. No período, foi realizado monitoramento e aferição do sistema de cloração, implantado em 2006, para manter a garantia de operação das unidades geradoras da UHE Rosana. Nesse ano, também foi iniciado um P&D referente ao controle do mexilhão-dourado em sistemas de resfriamento de UHEs por meio da injeção de ozônio;
- Quanto ao Programa de Revegetação, foram reflorestados 392 hectares com espécies florestais nativas. Com esses resultados, o Programa contemplou, até o final de 2008, um total de 6.157 hectares de reflorestamento realizado, sendo 1.137 hectares nas margens dos reservatórios do Complexo Canoas; 1.026 hectares no reservatório da UHE Taquaruçu; 3.204 hectares no reservatório da UHE Capivara e 790 hectares no reservatório de Rosana. Complementando esse programa, a Companhia realiza a conservação de 2.091 hectares de matas nativas;
- Nos projetos de reflorestamento foram mantidas cerca de 170 vagas de trabalho, cuja mão-de-obra foi contratada nos municípios onde a Companhia atuou;
- No Programa de Promoção Florestal, cujo objetivo é apoiar o incremento da cobertura florestal por meio da orientação técnica e da doação de mudas aos proprietários rurais, foi doado, em 2008, um total de 167.374 mudas. O Programa contabiliza a doação de mais de 2 milhões de mudas de espécies florestais nativas junto às comunidades;
- Acompanhamento de processos do meio físico, tais como erosão, assoreamento, solapamentos, dentre outros, nos reservatórios das oito usinas hidrelétricas, bem como a recuperação ambiental dos canteiros utilizados na implantação das obras do Complexo Canoas e Rosana; e
- No âmbito do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, foram realizadas, em 2008, junto às comunidades residentes no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas, palestras envolvendo um total de 3.727 participantes.

Em 2008, a Companhia deu continuidade à implantação de uma série de ações ambientais nos reservatórios e áreas das suas instalações. Nesse sentido, pode-se citar a consolidação das diretrizes corporativas de meio ambiente e saúde e segurança extensivas às empresas terceirizadas e seus empregados, com o objetivo de gerenciar atividades que possam causar impactos ao meio ambiente e riscos à saúde de seus profissionais e das comunidades nas quais a Companhia atua.

Visando maior inserção da Companhia na bacia do rio Paranapanema e, consequentemente, a consolidação de seus programas ambientais na região, diversos contatos e parcerias institucionais são mantidos com instituições de pesquisa, Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos governamentais e organizações não-governamentais (ONGs). Podem ser citadas as parcerias com as Faculdades Luiz Meneghel, a Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), além de casas de agricultura municipais e Coordenadorias de Assistência Técnica Integral (Cati). Ainda como forma de colaborar ativamente na gestão dos recursos hídricos, a Companhia, por meio da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), é membro titular em três Comitês de Bacias Hidrográficas do estado de São Paulo: (i) do Alto Paranapanema; (ii) do Médio Paranapanema; e (iii) do Pontal do Paranapanema. No estado do Paraná, é membro titular em dois Comitês de Bacias Hidrográficas: (i) do Pirapozinho, Paranapanema III e IV; e (ii) do Cinzas, Itararé, Paranapanema I e II.

Como reconhecimento das suas ações ambientais, a Companhia foi classificada pelo segundo ano consecutivo, no ranking das melhores práticas em gestão socioambiental do Brasil (6º Benchmarking Ambiental Brasileiro) com o projeto "Mitigação de Impactos em Reservatórios Hidrelétricos - Estudo de Caso da UHE Taquaruçu", concorrendo com outros 85 projetos de empresas de grande porte nacionais e multinacionais. Foi também classificada entre as quatro finalistas do Prêmio Fundação COGE 2008 (Comitê de Gestão Empresarial) - Categoria Ações Ambientais -, com o projeto "Modelo de Manejo e Monitoramento para Programas de Repovoamento de Espécies de Peixes Nativas Migradoras".

Gestão do patrimônio

A Companhia, gestora de oito UHEs no rio Paranapanema, com aproximadamente 5 mil quilômetros de perímetro, age de forma proativa e contínua na promoção de usos adequados para as áreas no entorno de seus empreendimentos. Tendo como linhas-mestras a preservação dos ativos sob sua gestão e a proteção dos recursos naturais do rio Paranapanema, prosseguiu com implementação de seu abrangente programa de gestão patrimonial em 2008:

Programa "A Regra é Clara"

O inovador projeto plurianual de inspeções patrimoniais foi concluído no ano de 2008 com a obtenção de informações atualizadas sobre os usos de propriedades em todos os empreendimentos hidrelétricos geridos pela Companhia no rio Paranapanema, cumprindo, assim, o importante compromisso constante em seu contrato de concessão. Nesse ano, foram finalizadas as inspeções nos reservatórios de Jurumirim, Chavantes, Canoas I e II e Rosana, que somadas às atividades dos anos anteriores nos reservatórios de Capivara, Taquaruçu e Salto Grande, completam o objetivo original principal do projeto, de disponibilizar um diagnóstico patrimonial abrangendo todos os empreendimentos sob gestão da Companhia no rio Paranapanema.

O programa teve também como objetivo fornecer, aos interessados no uso adequado das áreas em bordas de reservatórios, orientação ambiental e patrimonial para a utilização dessas áreas em conformidade com a legislação vigente e com a gestão responsável dos ativos patrimoniais no rio Paranapanema.

Em linha com esse objetivo, durante o ano de 2008 foram continuadas as ações de contato ativo e receptivo com públicos externos, com o intuito de preservar o bom relacionamento da Companhia junto às comunidades. Além disso, essas ações tiveram função educativa, ao prover informações de cunho ambiental às populações no entorno dos reservatórios, salientando os benefícios da preservação das áreas marginais e ilhas da bacia do Paranapanema.

Colaboração com o Poder Público

A Companhia atuou ativamente em 2008 para consolidar o bom relacionamento obtido com entes públicos nos anos anteriores, incluindo órgãos ambientais e Ministérios Públicos Estaduais e Federais, nas ações de regularização de áreas protegidas pela legislação ambiental nas bordas dos reservatórios sob sua gestão.

Como pontos de destaque estão:

(i) O início da utilização efetiva, pelos membros das comunidades do Paranapanema, dos procedimentos operacionais para regularização de uso de bordas em reservatórios desenvolvidos junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e ao Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), com resultados positivos na agilidade do processo de licenciamento.

(ii) A realização de reunião pública no município de Ourinhos, com a presença dos órgãos ambientais estadual e federal, comunidade política e Procurador do Ministério Público Federal, para discutir questões relacionadas à regularização da orla do município de Salto Grande; reunião na qual a Companhia deixou clara a sua preocupação com as questões relacionadas a ocupações irregulares e preservação ambiental, no qual foi reconhecida pelos presentes ao evento.

Atendimento às comunidades no entorno dos reservatórios

Como concessionária de energia operando reservatórios que contam com influência direta em mais de 70 municípios, o atendimento ao público inserido nessas comunidades foi um dos principais trabalhos realizados pela Gerência de Patrimônio no ano de 2008.

Em um trabalho coordenado com as ações do programa "A Regra é Clara", a Companhia recebeu centenas de solicitações de regularização das áreas no entorno dos seus reservatórios, ao que respondeu com orientações e informações que permitiram aos interessados iniciar e conduzir processos de regularização ambiental e patrimonial das áreas que utilizam. Também forneceu auxílio às comunidades para legalização da respeitabilidade das áreas que fazem divisas com as propriedades sob gestão da Companhia nos reservatórios. Como destaque, durante o ano de 2008 foram legalmente consolidados quase 200 quilômetros de limites com os proprietários vizinhos, ou 4% do perímetro total sob gestão da Companhia, garantindo a proteção do ativo sob concessão e a satisfação de formadores de opinião nas comunidades envolvidas.

Gestão da manutenção em áreas de conservação ambiental

A área de Gestão de Patrimônio é responsável pelos trabalhos de manutenção de cercas e aceiros nas Áreas de Conservação Ambiental com revegetação consolidada. A cada ano, novas áreas são recebidas para manutenção, reduzindo riscos de danos ambientais nesses locais. Em 2008, 11 Áreas de Conservação Ambiental foram mantidas pela Gerência de Patrimônio, número que deverá crescer nos próximos anos.

Melhoria da efetividade da área de Gestão de Patrimônio

Em 2008, a equipe de Gestão de Patrimônio prosseguiu com a reestruturação da área, esforço que objetiva aumentar simultaneamente a eficiência de seus processos e a segurança da Companhia no longo prazo, no que diz respeito à gestão dos ativos imobiliários assumidos na concessão.

Assim sendo, os procedimentos desenvolvidos em 2007 foram reavaliados e inseridos em projeto para melhoria dos sistemas de informação da área, cujos trabalhos de implementação foram iniciados no segundo semestre de 2008. Ao fim do processo, a área contará com sistema de informações corporativo que permitirá o armazenamento não apenas das informações colhidas em campo, como também do andamento dos processos da área e, até mesmo, das etapas dos procedimentos a serem seguidos pela equipe.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2008, grande parte das ações de caráter socioambiental, cultural e educacional adotada nos anos anteriores continuou a ser apoiada pela Companhia.

Tais iniciativas, mais uma vez, foram realizadas nas comunidades próximas aos ativos da Companhia, ao longo do rio Paranapanema, e tiveram como principal público-alvo os moradores dos municípios da região.

Dentre as ações de responsabilidade social, está o Projeto Ecoteca, iniciativa de incentivo à leitura e protagonismo juvenil nas comunidades ribeirinhas. Realizado pelo sétimo ano consecutivo, o projeto contemplou 10 municípios na região do Paranapanema: Bernardino de Campos (SP), Carlotópolis (PR), Cerqueira César (SP), Itaipó (SP), Jardim Olinda (PR), Paranaipoema (PR), Pirapozinho (SP), Ribeirão Claro (PR), Sandovalina (SP) e Santana do Itararé (PR).

Essas comunidades foram beneficiadas com 34 oficinas para educadores, capacitando-os como leitores e difusores do interesse pelo hábito da leitura; 14 oficinas com jovens, utilizando a comunicação digital no desenvolvimento de projetos de intervenção socioambiental; e 9 eventos em espaço público para apresentação dos projetos desenvolvidos nas oficinas.

No total, foram 354 horas de trabalho, sendo 27 horas de oficinas pedagógicas para educadores e 84 horas de oficinas para jovens.

O Programa Anual de Voluntariado, que acontece anualmente, desde 1999, também tem como foco as entidades sociais estabelecidas ao longo da bacia do Paranapanema. Empregados, prestadores de serviço e seus familiares realizam atividades voluntárias de recuperação e criação de espaços para instituições locais. O objetivo é fornecer subsídios para que essas entidades possam dar continuidade aos seus trabalhos. A escolha do local beneficiado é feita a partir da indicação dos próprios empregados, que se organizam em Comitês e coordenam toda a iniciativa.

Em 2008, foram contempladas oito instituições, localizadas nos municípios de Assis (SP), Canitar (SP), Itaúna do Sul (PR), Ourinhos (SP), Piraju (SP), Porecatu (PR), São Paulo (SP) e Teodoro Sampaio (SP). Participaram da ação cerca de 800 voluntários e o Programa beneficiou aproximadamente 4 mil pessoas em 2008.

A integração entre a comunidade e a Companhia também é realizada por meio do Programa de Visitação às Usinas, que abre as portas das oito usinas sob concessão da Companhia para grupos de escolas do ensino fundamental e médio, universidades, entidades ambientais, instituições do terceiro setor, órgãos governamentais e ONGs.

As visitas são monitoradas por empregados aposentados e tem como objetivo mostrar de perto o processo de geração de energia elétrica e a preservação do meio ambiente. No ano passado, foram recebidos 7.412 visitantes, divididos em 200 grupos, sendo a maioria deles formados por alunos da rede pública de ensino da região.

Diferentes iniciativas de motivação socioambiental, educacional e cultural orientadas por outras entidades também receberam apoio pontual da Companhia. Foram elas:

- Limpeza do rio Paranapanema** - iniciativa organizada pela Associação Ambientalista defensora da Bacia do Paranapanema S.A. com o objetivo recolher o lixo que se encontra na margem do rio na altura do município de Bernardino de Campos, em São Paulo. Na ocasião, foram retirados 300 kg de lixo em cerca de 4 km de margem. Participaram da ação por volta de 80 voluntários;
- 1ª Corrida e Caminhada Duke Energy** - ação organizada na cidade de Ourinhos (SP) com o intuito de promover a importância das atividades físicas e da busca pela qualidade de vida. Participaram da iniciativa empregados e moradores das comunidades vizinhas, totalizando cerca de 500 pessoas;

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

(Em Reais Mil)

- **Feira "Pesca Lazer e Turismo"** - evento destinado a informar a comunidade sobre assuntos como recuperação da mata ciliar, pesca predatória e esportiva, educação ambiental e turismo rural;
- **Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos** - 6ª edição do evento anual sobre educação ambiental em recursos hídricos no âmbito dos Comitês das Bacias Hidrográficas Brasileiras, que teve como tema principal o "saneamento";
- **II Congresso Aquífero Guarani** - encontro com a participação de quatro países de abrangência do aquífero (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) sobre os temas relativos a esse ecossistema;
- **XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos** - organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, teve como tema central a gestão de recursos hídricos, a integração de políticas e a sustentabilidade do meio ambiente urbano;
- **5º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase 2008)** - evento que contou com a participação de 12 associações do setor elétrico nacional, abordou, em 2008, "Os Cenários de Longo Prazo e Desafios Atuais para o Mix Energético";
- **III Fórum Paulista de Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho no Setor Elétrico** - evento que abordou conceitos sobre segurança e medicina do trabalho no setor elétrico; e
- **IV Fórum Instituto Acende Brasil - O Homem e a Usina: Transparência e Diálogo para um Brasil com Energia** - evento que tratou do papel das usinas na vida da população do entorno de empreendimentos de energia.

Além disso, em 2008 foram mantidas as parcerias firmadas com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Energia Sustentável, Fundação Abrinq, Instituto Ethos e Fundação Nacional da Qualidade, o que reitera o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável.

SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2008, a Companhia manteve seu esforço constante no alinhamento dos requisitos de saúde e segurança corporativos à legislação nacional, de forma a melhorar sensivelmente os padrões e processos relacionados às atividades dos trabalhadores em suas instalações, quer empregados próprios ou prestadores de serviço.

A manutenção do foco empresarial em uma cultura de Zero Enfermidade & Lesão e na melhoria do ambiente de trabalho, em continuidade ao programa Fale Comigo, foram desenvolvidas por meio da implantação do Programa de Padrões Comportamentais de Segurança, sendo realizadas avaliações das percepções dos empregados nos quatro segmentos funcionais da Companhia: Executivos, Gerentes, Supervisores e Empregados, a fim de identificar a percepção desses públicos quanto aos aspectos de Saúde e Segurança praticados.

Nas questões relacionadas ao monitoramento dos sistemas e processos implementados, destaca-se a realização das Avaliações das Condições Físicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, com uma nova estratégia de planejamento, execução e acompanhamento, de forma a ter 95% das 1.800 oportunidades de melhoria identificadas durante o ano.

Em 2008, foram alcançadas conquistas expressivas nos assuntos relacionados à saúde e segurança. A Companhia chegou à marca de 1,9 milhões de horas trabalhadas sem ocorrência de acidentes com afastamento do trabalho, atingindo a meta corporativa de zero fatalidades. Além disso, foi agraciada pelo sétimo ano consecutivo com a Medalha Eloy Chaves pelos destacados índices em saúde e segurança no trabalho. Essa premiação é concedida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), com o propósito de incentivar a conscientização da segurança no setor de energia elétrica, o que torna o prêmio extremamente significativo para a Companhia.

No que diz respeito à avaliação do ambiente de trabalho, ocorreram inspeções, auditorias, visitas periódicas do corpo gerencial/diretoria e, inclusive, visitas de representantes da área de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da Duke Energy International. Todos forneceram importantes contribuições para a melhoria contínua do ambiente de trabalho, provocando discussões saudáveis na busca pelo atendimento dos requisitos corporativos.

RECURSOS HUMANOS

O reconhecimento e a valorização dos empregados há muito foi incorporado à política de Recursos Humanos e à cultura da Companhia. Durante o ano de 2008, os investimentos em cursos de graduação e/ou extensão, cursos profissionalizantes, de reciclagem e idiomas continuaram nos planos da Companhia, atendendo a um número maior que seis vezes a média de empregados.

Hoje, dos seus 304 empregados, 80% possuem curso superior e, dentro desse perfil, 37% são qualificados com títulos de pós-graduação e/ou MBA. O universo de beneficiados por planos de assistência médica e odontológica, considerando os empregados e seus dependentes, atingiu o patamar de 920 pessoas em 2008.

A Companhia possui um *turnover* considerado abaixo do normal e, durante o ano de 2008, entre reposições e novas admissões, foram contratados 34 empregados e 10 novos estagiários.

Uma das preocupações da Companhia é manter a remuneração de seu pessoal equiparada aos valores praticados no mercado, além de propiciar um plano de benefícios altamente competitivo e sistema de bonificação e participação nos resultados baseado em metas coletivas e individuais previamente estabelecidas. Para isso, é realizada uma pesquisa de mercado duas vezes ao ano.

Investiu-se uma média de 40 horas em treinamentos por empregado no ano de 2008, o que representa 5,1 dias de treinamento por ano por empregado, totalizados também com a continuação do Programa de Desenvolvimento Pessoal (PDP) e do Programa de Desenvolvimento Individual (PDI), realizado por meio de uma avaliação 360° (todos os níveis). Foram conduzidos, ainda: treinamentos em saúde e segurança; programas de meio ambiente; treinamentos técnicos, financeiros e comerciais; e Programa de Desenvolvimento Gerencial, tendo a realização de uma turma (renovada anualmente) de MBA corporativo na Fundação Dom Cabral, perfazendo um custo total da ordem de R\$ 1.551 mil no ano. Também foram feitos investimentos em cursos de idiomas - com a participação de 36% dos empregados -, e no Programa de Bolsa-auxílio para cursos de graduação e extensão, que contou com a participação de 30% dos empregados.

Em 2008, a Companhia investiu cerca de 11% do total de sua folha em benefícios que englobam, entre outros, alimentação, saúde, transporte, seguro de vida e previdência complementar.

Para que todos os empregados tomem conhecimento das práticas de negócio da Companhia, são distribuídos internamente, na admissão, o Código de Ética e o Manual de Integração, em que são explicitadas todas as práticas e procedimentos corporativos. Na ocasião da contratação, é realizado também um treinamento sobre a lei que proíbe práticas de corrupção no exterior. Além disso, para a comunicação interna, a Companhia mantém diversos veículos oficiais, que abrangem o meio eletrônico (boletim eletrônico diário e Intranet) e físico (jornal-mural e revista). As publicações são disponíveis a todos os empregados e estão sob a coordenação da área de Relações Institucionais da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Missão e valores corporativos

Todas as relações, institucionais e comerciais mantidas pelos empregados e representantes da Companhia são calcadas na missão de negócios e valores corporativos, amplamente divulgados internamente em conjunto com as diretrizes estratégicas definidas para o ano.

Código de Ética nos Negócios

Desde 2001, a Companhia conta com um Código de Ética nos Negócios. Alinhado aos seus valores e missão, esse código tem o compromisso de estimular a cultura de uma conduta ética na corporação e trazer a todos empregados as diretrizes para atuar em diversas situações.

Além disso, existe também a Linha de Ética (*Ethics Line*), uma linha externa de comunicação em que é possível registrar, em anonimato, denúncias em relação a condutas antiéticas. Esse serviço funciona 24 horas por dia e pode ser acessado de qualquer telefone ou e-mail de fora da empresa.

A Linha de Ética está disponível também para quem busca orientação sobre questões éticas, jurídicas, relativas às políticas da empresa ou sobre seu posicionamento perante o meio ambiente, saúde e segurança.

Política de divulgação de informações e manutenção de sigilo

De acordo com instruções específicas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia informa ao mercado, por meio de divulgações à própria CVM e em jornais de grande circulação, quaisquer atos ou fatos relevantes relativos aos seus negócios. Da mesma forma, mantém sigilo acerca de informações relevantes que não possam ser divulgadas se os acionistas controladores da Companhia, debenturistas ou os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, entenderem que sua revelação é contrária aos interesses da Companhia.

Outras práticas de Governança Corporativa

Destacam-se, ainda, outras práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia, as quais são recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tais como:

- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- escolha do local para a realização da Assembléia Geral, de forma a facilitar a presença de todos os acionistas, debenturistas ou seus representantes;
- clara definição no Estatuto Social: (a) da forma de convocação da Assembléia Geral; (b) das competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (c) da forma de deliberação das mesmas; (d) do sistema de votação; e (e) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- estabelecimento de atribuições e limites de poderes dos membros da Diretoria visando evitar o mau uso dos ativos da sociedade.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, composto atualmente por cinco membros efetivos e dois suplentes (sendo um efetivo e um suplente indicados pelos empregados), é responsável, dentre outras atribuições, pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais dos negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo - pela eleição e destituição dos membros da Diretoria e pela fixação de suas atribuições - e por fiscalizar a gestão dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Ordinária (AGO). O mandato dos Conselheiros é de três anos, sendo permitida a reeleição, considerando-se o ano como o período compreendido entre duas AGOs. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício social de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta atualmente por oito Diretores Estatutários. Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável por eleger e destituir os Diretores, ocupando seus cargos por um mandato de três anos, considerando-se o ano como o período compreendido entre duas AGOs, podendo ser reeleitos e devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Os Diretores são responsáveis, dentre outras atribuições, pela administração dos negócios em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes, bem como pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração. Os Diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado, mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei. O Conselho é composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes eleitos pela AGO, que delibera sua instalação e fixa seus honorários, respeitando os limites legais. Por ocasião de seu funcionamento, o Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei. Seu período de funcionamento termina na primeira AGO realizada após sua instalação, considerando-se o período compreendido entre duas AGOs.

Quando instalado, a principal responsabilidade do Conselho Fiscal - que é autônomo à administração e aos auditores independentes nomeados pelo Conselho de Administração - é analisar as demonstrações financeiras, reportando-as aos acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia também é encarregado de elaborar pareceres acerca de: (i) propostas de alterações no capital social; (ii) emissão de debêntures ou bônus de subscrição; (iii) planos de investimentos ou orçamento de capital; (iv) distribuições de dividendos; e (v) reorganizações societárias apresentadas para análise. O Conselho Fiscal também fiscaliza, por quaisquer de seus membros e de forma colegiada, os atos dos Administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal é composto atualmente por cinco membros e igual número de suplentes, sendo dois representantes dos acionistas minoritários.

BALANÇO SOCIAL

2008		2007		2008		2007	
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)				707.811			634.238
Resultado operacional (RO)				217.152			103.252
Folha de pagamento bruta (FPB)				53.899			51.376
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	1.947	3,61%	0,28%	1.431	2,79%	0,23%	
Encargos sociais compulsórios	10.642	19,74%	1,50%	9.886	19,24%	1,56%	
Previdência privada	1.650	3,06%	0,23%	1.596	3,11%	0,25%	
Saúde	1.967	3,65%	0,28%	2.573	5,01%	0,41%	
Segurança e saúde no trabalho	203	0,38%	0,03%	190	0,37%	0,03%	
Educação	476	0,88%	0,07%	624	1,21%	0,10%	
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.177	2,18%	0,17%	1.672	3,25%	0,26%	
Creches ou auxílio-creche	17	0,03%	0,00%	15	0,03%	0,00%	
Participação nos lucros ou resultados	1.389	2,54%	0,19%	1.093	2,13%	0,17%	
Outros	5.738	10,65%	0,81%	8.427	16,40%	1,33%	
Total - Indicadores sociais internos	25.186	46,72%	3,56%	27.507	53,54%	4,34%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação Ambiental	70	0,03%	0,01%	128	0,12%	0,02%	
Cultura	372	0,17%	0,05%	877	0,85%	0,14%	
Saúde e saneamento	30	0,01%	0,00%	66	0,06%	0,01%	
Esporte	25	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Programas de Responsabilidade Social	434	0,20%	0,06%	0	0,00%	0,00%	
Outros	0	0,00%	0,00%	229	0,22%	0,04%	
Total das contribuições para a sociedade	931	0,43%	0,13%	1.300	1,26%	0,20%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	65.226	30,04%	9,22%	48.975	47,43%	7,72%	
Total - Indicadores sociais externos	66.157	30,47%	9,35%	50.275	48,69%	7,93%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos ambientais relacionados com a produção/operação da empresa	11.511	5,30%	1,63%	10.078	9,76%	1,59%	
Investimentos em Saúde e Segurança relacionados com a produção/operação da empresa	1.986	0,91%	0,28%	1.777	1,72%	0,28%	
Total dos investimentos em meio ambiente	13.497	6,22%	1,91%	11.855	11,48%	1,87%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75%	(X) não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%
	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período				304			300
Nº de admissões durante o período				34			29
Nº de empregados(as) terceirizados(as)				0			0
Nº de estagiários(as)				10			11
Nº de empregados(as) acima de 45 anos				91			96
Nº de mulheres que trabalham na empresa				52			52
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				16,00%			4,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				21			0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				4,00%			0,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais				9			5
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				32,42			32,42
Número total de acidentes de trabalho				0			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) e gerências	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) e gerências	() todos(as) e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção	() todos(as) e gerências	(X) todos(as) + Cipa	() direção	() todos(as) e gerências	(X) todos(as) + Cipa	(X) todos(as) e gerências
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) e gerências	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) e gerências	(X) todos(as) e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) e gerências	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) e gerências	(X) todos(as) e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(X) serão considerados	() serão exigidos	() não serão considerados	(X) serão considerados	() serão exigidos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará e incentivará	(X) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará e incentivará	(X) organizará e incentivará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: no Procon:	na Justiça:	na empresa: no Procon:	na Justiça:	na empresa: no Procon:	na Justiça:	na empresa: no Procon:
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	%	%	%	%	%	%	%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: R\$ 633.730			Em 2007: R\$ 475.776			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	37,3% acionistas	7,4% colaboradores(as)	36,2% governo	23,4% acionistas	31,9% terceiros	9,7% colaboradores(as)	15,3% acionistas
					0% retido		38,8% terceiros
							0% retido
7. Outras Informações: Não há outras informações relevantes.							

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação pelo Auditor Independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa, a Companhia informa que:

- A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio

trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Além dos serviços de auditoria do balanço anual e revisão limitada das informações trimestrais, foram contratadas em 2008:

- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços profissionais em conexão com o processo específico de: (i) oferta pública de emissão de debêntures no Brasil; e (ii) negociação de títulos nos mercados norte-americano e internacional, os quais representaram honorários no montante de R\$ 465 mil, contratado em 2007, cujo término dos trabalhos ocorreu em 2008.
- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de serviços de

consultoria profissional relacionada aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, os quais representam honorários no montante de R\$ 50 mil.

AGRADECIMENTO

A Administração da Duke Energy International, Geração Paranapanema agradece aos seus acionistas, debenturistas e aos membros do Conselho de Administração e Fiscal pelo apoio e participação. Estendemos nossos agradecimentos aos empregados, clientes, prestadores de serviços, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

→ continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO				
(Em Reais Mil)			(Em Reais Mil)				
ATIVO	Nota	2008	2007	PASSIVO	Nota	2008	2007
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		5.080	4.913	Fornecedores	9	29.961	50.294
Títulos e valores mobiliários	3	308.027	128.795	Salários e encargos sociais		6.491	9.757
Concessionárias e permissionárias	4	89.727	80.143	Empréstimos	11	116.006	151.178
Devedores diversos		251	149	Debêntures	12	14.063	-
Tributos a recuperar	5	16.140	34.506	Tributos a pagar	5	17.717	8.582
Benefício fiscal - ágio incorporado	6	5.622	6.048	Dividendos propostos	18.4	107.710	15.500
Depósitos judiciais	15	-	787	Provisões		4.799	4.658
Adiantamentos		1.060	-	CIBACAP a pagar	13	2.145	4.027
Outros ativos		95	508	Encargos setoriais	17	20.673	16.799
Despesas pagas antecipadamente		4	70	Outros passivos		7.269	2.784
		426.006	255.919			326.834	263.579
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	4	978	2.413	Empréstimos	11	498.828	865.086
Tributos diferidos	5	8.159	28.721	Debêntures	12	340.327	-
Benefício fiscal - ágio incorporado	6	56.844	62.467	Plano de aposentadoria e pensão	14	20.624	22.922
Depósitos judiciais	15	3.929	756	CIBACAP a pagar	13	8.459	9.569
Fundos vinculados		7.039	-	Obrigações especiais	16	6.654	6.229
Despesas pagas antecipadamente		5.431	595	Provisão para Contingências	15	11.528	9.814
		82.380	94.952			886.420	913.620
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	2.807.901	2.912.286	Capital social	18.1	1.999.138	1.999.138
Intangível	8	38.872	45.551	Reservas de capital	18.2	97.888	97.888
		2.846.773	3.057.837	Reservas de lucros	18.3	44.905	37.488
		3.073.549	3.153.756	Lucros acumulados		-	(2.979)
Total do ativo		3.551.049	3.308.734	Total do passivo		3.551.049	3.308.734

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	2008	2007		Nota	2008	2007
Receita operacional				Receita operacional			
Suprimento de energia elétrica	20.1	821.182	729.229				
Outras receitas		248	243				
		821.430	729.472				
Deduções à receita operacional				Deduções à receita operacional			
ICMS		(41.245)	(33.151)				
PIS/COFINS/ISS		(65.226)	(48.975)				
P&D	19	(7.148)	(13.108)				
		(113.619)	(95.234)				
Receita operacional líquida		707.811	634.238	Receita operacional líquida			
(Despesas)/Receitas operacionais				(Despesas)/Receitas operacionais			
Pessoal		(53.899)	(51.376)				
Material		(2.698)	(2.380)				
Serviços de terceiros		(32.279)	(29.268)				
Taxa de fiscalização da Aneel		(3.385)	(3.222)				
Energia elétrica comprada para revenda	20.2	(14.746)	(18.384)				
Encargos de uso da rede elétrica	20.2	(55.059)	(72.258)				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(42.558)	(36.956)				
Depreciação e amortização		(140.610)	(142.779)				
Outras		8.080	(16.502)				
		(337.154)	(373.125)				
Resultado operacional antes do resultado financeiro		370.657	261.113	Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Resultado Financeiro				Resultado Financeiro			
Receitas	21	45.635	24.306				
Despesas	21	(199.140)	(182.167)				
		(153.505)	(157.861)				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		217.152	103.252	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social do exercício	5.2	(39.355)	(16.672)				
Diferidos	5.2	(29.465)	(13.797)				
		(68.820)	(30.469)				
Lucro líquido do exercício		148.332	72.783	Lucro líquido do exercício			
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		94.433	94.433	Ações em circulação no final do exercício (em milhares)			
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$		1.570,76	770,74	Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital Social	Reservas	Lucros Acumulados	Total		Capital Social	Reservas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.999.138	97.888	33.850	2.130.876					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	72.783	72.783				
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	3.638	(3.638)	-				
Dividendos pagos antecipadamente R\$ 0,0011876290 por ação	-	-	-	(54.050)	(54.050)				
Dividendos propostos	-	-	-	(15.095)	(15.095)				
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.999.138	97.888	37.488	2.134.514					
Ajustes da Lei nº 11.638/07	-	-	-	(2.979)	(2.979)				
Saldo de abertura ajustado	1.999.138	97.888	37.488	2.134.514					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	148.332	148.332				
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	7.417	(7.417)	-				
Dividendos pagos antecipadamente R\$ 0,509671526 por ação	-	-	-	(30.500)	(30.500)				
Dividendos propostos	-	-	-	(107.436)	(107.436)				
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.999.138	97.888	44.905	2.141.931					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em Reais Mil)			(Em Reais Mil)		
	2008	2007		2008	2007
Atividades operacionais	2008	2007	Atividades operacionais	2008	2007
Lucro líquido do exercício	148.332	72.783	Lucro líquido do exercício	148.332	72.783
Despesas (receitas) que não afetaram as disponibilidades:			Despesas (receitas) que não afetaram as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	140.610	142.779	Depreciação e amortização	140.610	142.779
Baixas do ativo imobilizado/Intangível em serviço	1.371	670	Baixas do ativo imobilizado/Intangível em serviço	1.371	670
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.109)	12.666	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.109)	12.666
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	97.084	104.778	Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	97.084	104.778
Provisão para contingências	1.978	2.093	Provisão para contingências	1.978	2.093
Atualização monetária de contingências fiscais	97	76	Atualização monetária de contingências fiscais	97	76
Atualização monetária de impostos e contribuições sociais	(400)	(52)	Atualização monetária de impostos e contribuições sociais	(400)	(52)
Varição monetária de empréstimos e financiamentos	88.894	70.180	Varição monetária de empréstimos e financiamentos	88.894	70.180
CVM 371 Fundação Cesp	(2.298)	687	CVM 371 Fundação Cesp	(2.298)	687
Concessionárias e Permissionárias	(4.508)	(10.736)	Concessionárias e Permissionárias	(4.508)	(10.736)
Credores Diversos	33	34	Credores Diversos	33	34
Tributos e Contribuições Sociais	29.465	13.796	Tributos e Contribuições Sociais	29.465	13.796
	487.549	409.754		487.549	409.754
(Aumento)/Diminuição de Ativos			(Aumento)/Diminuição de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	9.444	2.710	Concessionárias e Permissionárias	9.444	2.710
Devedores Diversos	(102)	388	Devedores Diversos	(102)	388
Tributos e Contribuições Sociais	(1.886)	3.427	Tributos e Contribuições Sociais	(1.886)	3.427
Estoques	3	(17)	Estoques	3	(17)
Cauções e Depósitos Vinculados a Litígios	(2.386)	(819)	Cauções e Depósitos Vinculados a Litígios	(2.386)	(819)
Serviços em Curso	(719)	(302)	Serviços em Curso	(719)	(302)
Outros Créditos	69	16	Outros Créditos	69	16
Fundos Vinculados	(7.039)	-	Fundos Vinculados	(7.039)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	(5.815)	506	Despesas Pagas Antecipadamente	(5.815)	506
	(8.431)	5.909		(8.431)	5.909
Aumento/(Diminuição) de Passivos			Aumento/(Diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(20.332)	11.563	Fornecedores	(20.332)	11.563
Folha de Pagamento	(3.266)	2.241	Folha de Pagamento	(3.266)	2.241
Obrigações a Pagar - Plano de Aposentadoria e Pensão	-	-	Obrigações a Pagar - Plano de Aposentadoria e Pensão	-	-
Tributos e Contribuições Sociais	9.325	37	Tributos e Contribuições Sociais	9.325	37
Dividendos Declarados	2.918	-	Dividendos Declarados	2.918	-
Obrigações Estimadas	141	393	Obrigações Estimadas	141	393
CIBACAP a Pagar	(2.992)	(3.333)	CIBACAP a Pagar	(2.992)	(3.333)
Credores Diversos	4.468	2.250	Credores Diversos	4.468	2.250
Provisões para Contingências Trabalhistas, Legais e Ambientais	(361)	(141)	Provisões para Contingências Trabalhistas, Legais e Ambientais	(361)	(141)
Obrigações Especiais	226	1.282	Obrigações Especiais	226	1.282
Outras Obrigações	3.859	11.093	Outras Obrigações	3.859	11.093
	(6.014)	25.385		(6.014)	25.385
Caixa originado das atividades operacionais	473.104	441.408	Caixa originado das atividades operacionais	473.104	441.408
Atividades de investimento			Atividades de investimento		
Adições no ativo imobilizado	(16.822)	(20.837)	Adições no ativo imobilizado	(16.822)	(20.837)
Adições no ativo intangível	(520)	(12.403)	Adições no ativo intangível	(520)	(12.403)
Adições no ativo diferido	-	(3.042)	Adições no ativo diferido	-	(3.042)
Outros Investimentos	(162)	-	Outros Investimentos	(162)	-
	(17.504)	(36.282)		(17.504)	(36.282)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(17.504)	(36.282)	Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(17.504)	(36.282)
Atividades de financiamento			Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(576.727)	(238.967)	Amortização de empréstimos	(576.727)	(238.967)
Debêntures	346.083	-	Debêntures	346.083	-
Dividendos pagos	(45.557)	(89.413)	Dividendos pagos	(45.557)	(89.413)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(276.201)	(328.380)	Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(276.201)	(328.380)
Aumento/(diminuição) nas disponibilidades	179.399	76.386	Aumento/(diminuição) nas disponibilidades	179.399	76.386
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.913	4.112	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.913	4.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.080	4.913	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.080	4.913
Títulos e valores mobiliários no início do exercício	128.795	53.210	Títulos e valores mobiliários no início do exercício	128.795	53.210
Títulos e valores mobiliários no final do exercício	308.027	128.795	Títulos e valores mobiliários no final do exercício	308.027	128.795
Total das variações nas disponibilidades	179.399	76.386	Total das variações nas disponibilidades	179.399	76.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., denominada "Companhia", concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A capacidade instalada em operação da Companhia é de 2.237 MW, com 100% em usinas hidrelétricas, composta pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Capivara,

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de informações disponíveis no mercado, e ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas, pela CCEE. **q) Lucro por Ação** - Calculado com base no número de ações do capital social integralizado em circulação, na data do balanço.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Inclui aplicação em fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, que são mensurados ao valor justo e mantido para negociação. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrerem.

4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2008		31/12/2007	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Clientes de Contratos Iniciais	6.762	-	13.388	-
Clientes de Contratos Bilaterais	37.379	68	35.907	-
Clientes de Leilão	41.695	-	41.362	-
Energia de Curto Prazo (MRE/Spot)	2.297	-	559	-
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária	1.594	2.068	12.592	26.067
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(1.158)	(23.665)	(23.654)
	89.727	978	80.143	2.413

Houve a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 13.388 refere-se à reduções nos contratos iniciais das faturas das companhias Cia Piratininga de Força e Luz e Cia Paulista de Força e Luz, em virtude de acordo extrajudicial celebrado em dezembro. As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento, enquanto os contratos de leilão são desdobrados em três parcelas iguais, com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao do suprimento e no dia 5 do segundo mês subsequente. A Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE tem por finalidade fazer frente aos impactos financeiros a que ficou submetida a Companhia, dentre outras empresas do setor, em virtude de despesas com a compra de energia livre no mercado de curto prazo ("Energia Livre"), forçada pela redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, durante o período do racionamento, ocorrido entre 2001 e 2002, implantado em face das condições hidrológicas desfavoráveis e do baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país. Foi elaborado, no âmbito do Acordo Geral do Setor Elétrico, pelos agentes do mercado para equacionar os impactos oriundos do racionamento, Acordo de Reembolso de Energia Livre, em que está estabelecido o compromisso de ressarcimento pelas distribuidoras (arrecadoras da RTE) da Companhia, bem como das demais empresas afetadas pela compra da energia livre. Os recursos via RTE deveriam ser recebidos num prazo médio de 72 meses, conforme determinado pela Resolução GCE nº 91, de 21 de dezembro de 2001, e pela Resolução Aneel nº 31, de 24 de janeiro de 2004 (vide nota explicativa nº 24). A Companhia, nos períodos de 2008 e 2007 baixou respectivamente os valores de R\$ 32.827 e o R\$ 40.572 anteriormente constante do saldo de Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias, e também do saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi revertida para a rubrica de Despesas com Vendas conforme instrução expressa recebida da Aneel, em conformidade com o Item 16 do Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/07, sem prejuízo do direito, que a Companhia se reserva, de vir a recuperar o devido recebimento de 100% do valor baixado correspondente à recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

ATIVO	31/12/2008		31/12/2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízos fiscais e bases negativas	4.554	1.640	5.859	15.099
Diferenças temporárias	5.189	3.623	12.787	10.726
Imposto de renda e contrib. social a recuperar	5.670	-	14.119	-
PIS e Cofins a compensar	422	-	1.283	-
ICMS a Recuperar	276	2.896	451	2.896
ISS	13	-	-	-
INSS	16	-	7	-
	16.140	8.159	34.506	28.721
PASSIVO				
IRPJ e CSLL	7.845	-	-	-
PIS e Cofins	5.807	-	4.374	-
ICMS	3.881	-	4.038	-
Outros	184	-	170	-
	17.717	-	8.582	-

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, e pelos arts. 36 e 37 da Medida Provisória nº 449/08. As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404/76, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

5.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui base negativa de contribuição social no montante de R\$ 68.826 (R\$ 159.881 em 31/12/2007) e diferenças intertemporais, despesas dedutíveis no futuro, no montante de R\$ 25.918 (R\$ 69.158 em 31/12/2007). O prejuízo fiscal foi totalmente utilizado pela companhia. Os créditos fiscais no montante de R\$ 15.006 (R\$ 44.471 em 31/12/2007), em consonância com o estabelecido na Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, serão realizados na avaliação da Administração da Companhia, em um prazo estimado de até 2 anos, conforme cronograma demonstrado abaixo:

Valor da Realização	2009	2010	Total
Base Negativa - CSLL	50.602	18.224	68.826
Diferenças Intertemporais	15.262	10.656	25.918
	65.864	28.880	94.744
Percentual da Realização	70%	30%	100%
Créditos Fiscais	9.743	5.263	15.006

A estimativa acima está baseada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia e revisada periodicamente, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

5.2 Demonstração da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2008		31/12/2007	
	Imposto de Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
Lucro antes do IR e CS	217.152	217.152	103.252	103.252
Adições/Exclusões	(100.015)	(100.475)	(55.944)	(49.415)
Base de cálculo tributável	117.137	116.677	47.308	53.837
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IR e CS às alíquotas da legislação	29.284	10.501	11.827	4.845
Incentivo Fiscal Lei Rouanet (298)	-	-	-	-
Incentivo a Projetos Tecnológicos ref. ano anterior	(97)	(35)	-	-
	28.889	10.466	11.827	4.845
	31/12/2008		31/12/2007	
	Imposto de Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
Movimentação das Diferenças Temporárias	43.240	43.240	19.533	19.533
Utilização de Prejuízo Fiscal	41.053	-	20.316	-
Utilização de Base Negativa	-	50.004	-	23.072
Base de cálculo tributável	84.293	93.244	39.849	42.605
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IR e CS diferidos	21.073	8.392	9.962	3.835

Contrato de Concessão

Aneel *	Usina	Tipo	UF	Rio	Potência Instalada (MW) **	Energia Assegurada (MW médio) ***	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	98	47	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414	172	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	74	55	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	640	330	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	554	201	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	372	177	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	83	57	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72	48	30/07/1998	29/07/2033
					2.307	1.087		

* Pelo Contrato de Concessão nº 183/1998, os aproveitamentos hidrelétricos das Usinas Canoas I e Canoas II são compartilhados por meio do consórcio entre a Companhia e a CBA, que têm direito a 49,7% e 50,3% respectivamente da energia gerada.
** Valores definidos nos Contratos de Concessão de Geração nºs 76/1999 e 183/1998.
*** Valores definidos na Resolução Aneel nº 453/1998.

6. BENEFÍCIO FISCAL - ÁGIO INCORPORADO

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação, teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução ANEEL nº 28, de 21 de janeiro de 2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data. A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue composição:

	31/12/2008		31/12/2007	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(121.668)	80.296	(41.372)	(35.323)
Saldos no final do período	183.738	(121.272)	62.466	68.515
Parcela de curto prazo	-	-	5.622	6.048
Parcela de longo prazo	-	-	56.844	62.467

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, acima descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e no ativo não circulante, nesta rubrica, conforme a expectativa de sua realização. Na forma prevista pela regulamentação da CVM, não há efeitos no resultado no período conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Amortização do ágio	(17.790)	(18.793)
Reversão da provisão	11.742	12.403
Benefício fiscal	6.048	6.390
Efeito líquido no período	-	-

7. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	31/12/2008		31/12/2007		Taxa de Deprec./Amortiz.
	Deprec./Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço					
Software	19.388	(12.405)	6.983	4.152	20%
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.448.940	(1.154.409)	1.294.531	1.341.305	2%
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.133.445	(561.320)	572.125	601.562	2% a 4%
Máquinas e Equipamentos	1.222.743	(532.658)	690.085	718.914	3,3% a 8,3%
Veículos	6.388	(3.097)	3.291	3.601	20%
Móveis e Utensílios	7.412	(3.609)	3.803	3.780	10%
	5.049.313	(2.267.498)	2.781.815	2.884.311	
Em curso					
Software	2.135	-	2.135	5.748	
Terrenos	4.067	-	4.067	4.067	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.494	-	5.494	4.025	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	238	-	238	-	
Máquinas e Equipamentos	13.344	-	13.344	13.523	
Veículos	105	-	105	73	
Móveis e Utensílios	703	-	703	539	
	26.086	-	26.086	27.975	
	5.075.399	(2.267.498)	2.807.901	2.912.286	
(-) Obrigações vinculadas à concessão	-	-	(6.654)	(6.229)	
	5.075.399	(2.267.498)	2.801.247	2.906.057	

b) Movimentação do ativo imobilizado em serviço e ativo imobilizado em curso

	Imobilizado				Valor líquido em 31/12/2008
	Valor líquido em 31/12/2007	Adições	Depreciações	Baixas Transf.	
Terrenos	215.064	-	-	-	215.064
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.345.330	5.418	(50.768)	(3)	1.300.024
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	601.562	238	(29.437)	-	572.363
Máquinas e Equipamentos	732.438	6.882	(35.753)	(761)	623
Veículos	3.674	1.329	(1.139)	(468)	3.396
Móveis e Utensílios	4.318	1.146	(715)	(139)	(103)
Intangíveis	-	808	(1.568)	-	760
Software	9.900	1.001	(1.221)	-	(562)
	2.912.286	16.822	(120.601)	(1.371)	765
					2.807.901

7.1 Taxas de depreciação - A Companhia utiliza taxas de depreciação por categoria de bem, conforme Resolução Aneel nº 240, de 13 de dezembro de 2006. A Companhia, com base em seu entendimento e no parecer legal dos seus assessores jurídicos, vem registrando sua depreciação de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, por entender que tem direito à indenização do valor residual dos bens no final da concessão ou da autorização, independentemente se são integrantes do Projeto Original e/ou Projeto Básico.

7.2 Bens vinculados à concessão - De acordo com o inciso XI da cláusula sexta do contrato de concessão, é vedada à Companhia alienar ou ceder a qualquer título os bens e instalações considerados servíveis à concessão sem a prévia e expressa autorização da Aneel. A Resolução Aneel nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

7.3 Contratos de Concessão - Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76, que regula as concessões de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR), para contribuir com uma taxa de Uso de Bem Público, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser renovado por período adicional. Em 14 de janeiro de 2000, a Aneel, através da Resolução nº 14, homologou o 6º Termo aditivo ao contrato de constituição do Consórcio Canoas, tendo como partes a Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Tal contrato prevê que 50,3% da energia gerada serão disponibilizados à CBA e os 49,7% restantes pertencerão à Companhia. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser renovado por período adicional.

Concessões em 31/12/2008

	Usina	Tipo	UF	Rio	Potência Instalada (MW) **	Energia Assegurada (MW médio) ***	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	98	47	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414	172	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	74	55	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	640	330	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	554	201	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	372	177	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	83	57	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72	48	30/07/1998	29/07/2033
					2.307	1.087		

7.4 Recuperações dos Valores dos Ativos

O valor recuperável dos ativos é calculado com base na metodologia aplicada pelo pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos com base no fluxo de caixa descontado e considerando os valores de livros dos ativos reversíveis, não foram identificados indícios de perda dos valores residuais dos ativos.

8. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de dezembro de 2008 é constituído principalmente por direito de uso e outros intangíveis no montante de R\$ 38.872.

Movimentação

||
||
||

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A idéia é que no futuro próximo o preço *Spot* varie como o preço de uma "commodity" numa Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBOVESPA), de acordo com a relação entre oferta e demanda. **Mecanismo de Realocação de Energia** - O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, tem a finalidade de operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado e à otimização do Sistema Hidrotérmico pelo ONS. Seu objetivo é assegurar que todas as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de Energia Assegurada independentemente de seus níveis reais de produção de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da Energia Assegurada do Sistema. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas para aqueles que geraram abaixo. **Contratos Bilaterais** - São contratos de compra e venda, livremente negociados entre duas partes, refletindo, exclusivamente, as expectativas de ambas, em relação às condições futuras do mercado. Ao registrarem um contrato bilateral na CCEE, as duas partes "evitam" que a quantidade de energia contratada seja automaticamente liquidada ao preço do MAE. Elas, assim, evitam as incertezas da variação do preço "spot". É importante observar que os contratos firmados entre as concessionárias distribuidoras e os clientes finais são válidos até a data de seu encerramento, mesmo que esses clientes estejam dentro dos limites estabelecidos para caracterização como Cliente Livre. **Contratos de Leilão** - As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio de licitação na modalidade de leilões, devem garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), de acordo com o estabelecido pelo artigo 11 do Decreto nº 5.163/2004 e artigo 2º da Lei nº 10.848/2004. À Aneel cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE, conforme determinado no parágrafo 11 do artigo 2º da Lei nº 10.848/2004. **Encargos de Uso de Rede** - As tarifas são estabelecidas pela Aneel. Atualmente as tarifas devidas pela Companhia são Tarifas de Tust, Tust-g e encargos de conexão. A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em (1) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a 80,0% do encargo Tust, e (2) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a 20,0% do encargo Tust. A Tust-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. Somente quatro das usinas da Companhia devem pagar Tust-g para acessar os centros de consumo, quais sejam: Usina Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Usinas Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.); as outras usinas (Jurumirim, Capiwara, Chavantes e Taquaruçu) estão ligadas diretamente à Rede Básica. O encargo de conexão contempla apenas a remuneração pelas instalações de uso exclusivo da Companhia. Em 2008 o saldo apropriado ficou negativo em função da remuneração do passivo de Tust-g conforme Nota 9.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2008	31/12/2007
Receitas		
Aplicações Financeiras	26.304	11.883
Variações Monetárias	6.622	900
Dividendos Prescritos	167	34
Juros sobre RTE	1.725	10.381
Juros e Descontos Obtidos	10.817	1.108
	45.635	24.306
Despesas		
Encargos de Dívidas	(102.277)	(106.364)
Variações Monetárias - Eletrobrás	(91.671)	(70.180)
Variações Monetárias - Outras	(2.709)	(380)
Movimentações Bancárias	(648)	(3.730)
Outras Despesas Financeiras	(1.835)	(1.513)
	(199.140)	(182.167)
	(153.505)	(157.861)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: **a) Risco de crédito:** Nos contratos fechados com as distribuidoras através de leilão público, a Companhia procura minimizar os riscos de crédito com o uso de mecanismos de garantia envolvendo os recebimentos das distribuidoras. Os contratos de leilão têm linguagem padronizada e outros tipos de suportes de créditos podem ser fornecidos por iniciativa do comprador, como garantia bancária e cessão do Certificado de Depósito Bancário (CDB). A maioria das distribuidoras tem fornecido os suportes de crédito baseado em seus recebíveis. Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos. Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato. **b) Risco de Mercado:** o preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais, estão no nível dos preços fechados no mercado. Eventuais sobras ou faltas de energia serão liquidadas no âmbito da CCEE. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial: **a) Aplicações** no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado. **b) Empréstimo** concedido pela Eletrobrás atualizado pela variação do IGP-M, com juros de 10% a.a. e com vencimento para 15 de maio de 2013. **c) Debêntures** no montante de R\$ 340.890 divididas em duas séries. A primeira série será remunerada a variação do CDI + 2,15% a.a. e a segunda série sofrerá variação monetária do IPCA + remuneração de 11,6% a.a. (vide Nota 12). A contratação e o controle dessas operações são efetuados através de critérios periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado com os quais são realizadas. Em 17 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Deliberação nº 550, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR. A Companhia não possui operações com derivativos.

23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

	Valores em Cobertura em (US\$)
Obras Cíveis/Edificações, Equipamentos, Máquinas, Almoxxarifados, Subestações e Lucros Cessantes	650.000.000,00
Responsabilidade Civil (Concessionária)	5.000.000,00
Responsabilidade Civil (Administradores e Diretores)	5.000.000,00

24. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Pela Medida Provisória nº 2.148, de 22 de maio de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica ("Programa Emergencial"). Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Esse programa vigorou de 1º de junho de 2001 até 28 de fevereiro de 2002, data em que o Governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na Região Norte do país o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002. Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como de pessoal, não puderam ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita. Além do Programa Emergencial, as empresas distribuidoras tinham vários pleitos com a Aneel, visando à recomposição do denominado "equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão", pois ocorreram vários eventos que, no entender das empresas, resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, principalmente as variações mensais de custos denominados como Parcela A, os quais não são gerenciáveis pelas distribuidoras. Em 18 de dezembro de 2001, para solucionar a questão, o Governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico ("Acordo") para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição parcial de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial. Esse acordo abrangeu as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais denominados como Parcela A para o período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do extinto MAE, hoje CCEE, denominada "energia livre", realizadas até dezembro de 2002 e a adoção de fórmula substitutiva do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais. Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de Contratos Iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do MRE e consideradas nos denominados Contratos Iniciais e equivalentes, foi repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Em razão da divergência de interpretação do Acordo por parte da Aneel e dos agentes geradores, foram realizadas sucessivas reuniões entre os geradores e os representantes da CGE - Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (BNDES, Aneel, COMAE, etc.), até que, em 17 de maio de 2002, foi emitido e divulgado o Despacho nº 288 da Aneel, que esclareceu os critérios a serem utilizados para as contabilizações relativas ao período de vigência do racionamento. Em reunião realizada em 4 de julho de 2002, para pôr fim às divergências, as empresas de energia elétrica assinaram documentos que regulamentavam, regularizavam e operacionalizavam os termos do Acordo, cujo termo de adesão foi firmado em 18 de dezembro de 2001. As contabilizações referentes a esse Acordo, e que englobam o período de maio a dezembro de 2001 e janeiro a dezembro de 2002, foram oficialmente divulgadas entre o encerramento do último trimestre de 2002 e início do primeiro trimestre de 2003. Em 15 de outubro de 2002, a Aneel, através de Ofício Circular nº 1.004/2002-SFF-SER/Aneel, determinou a utilização do novo Fator Redutor de 0,93584 em vez do Fator Redutor de 0,97659, divulgado pela própria Aneel, e que serviu de base para as provisões contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, para o período de junho a dezembro de 2001. Para o período de janeiro a fevereiro de 2002, o fator redutor determinado foi de 0,99333. Este fator deve ser utilizado para apuração das perdas de receita durante a vigência do racionamento. A Companhia considerou o efeito da mudança desse fator redutor para o período de junho a dezembro de 2001 em suas demonstrações contábeis, porém entende que o mérito da matéria ainda se encontra em discussão com a Coordenação da Implantação do Acordo e a Aneel, sendo o entendimento unânime das empresas geradoras, e desta Companhia, de que o novo fator redutor não reflete a boa técnica, o estrito cumprimento do Acordo e a correta aplicação da Resolução Aneel nº 31, de 24 de janeiro de 2002, que regula o assunto. Sendo assim, os dados constantes das demonstrações que ora se divulgam refletem um melhor julgamento da Companhia e de seus administradores acerca do tratamento contábil a ser adotado em razão do Acordo, diante dos fatos e dos elementos disponíveis para julgamento da questão. A Companhia, na defesa do entendimento expresso acima, se reserva o direito de recorrer a todas as medidas cabíveis nas esferas administrativa e judicial, na preservação do interesse de seus acionistas e da responsabilidade de seus administradores. A Companhia, ao longo do ano de 2002 e durante o primeiro semestre de 2003, ajustou os montantes referentes às transações de energia, do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, realizadas no âmbito do MAE. Essas transações, no total de R\$ 59.491 (vendas) e R\$ 172.252 (compras), foram liquidadas até 17 de julho de 2003 pelo montante líquido a pagar de R\$ 112.761. Os valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pelo próprio MAE e podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Após a conclusão do processo de auditoria, o MAE procedeu à liquidação financeira final e total das transações de compra e venda de energia no MAE relativas ao período de outubro a dezembro de 2002, e à liquidação total das transações do período de janeiro a junho de 2003. As transações dos meses subsequentes foram liquidadas regularmente, de acordo com cronograma definido pelo próprio MAE.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme citado na Nota 9, a Companhia vem discutindo judicialmente a revisão dos valores a serem pagos a título de Tarifa de Uso da Rede de Distribuição ("Tust-g"). Em dezembro/2008, o Ilmo. Sr. Dr. Diretor-Geral da Aneel, contactou a Companhia com proposta de acordo com vistas à solução extrajudicial da discussão que envolve os valores da Tust-g. Tal acordo, em síntese, seria realizado nos seguintes termos: (i) Companhia pagaria à Elektro e à Vale Paranapanema (empresas de distribuição cujas instalações são remuneradas pela Tust-g devida pela Companhia) os valores da Tust-g relativos aos períodos de julho/2004 a junho/2009, conforme calculado de acordo com a metodologia do selo postal; (ii) referido pagamento poderia ser parcelado em 36 meses, contados a partir de janeiro/2009, sem a incidência de multa; (iii) o acordo seria formalizado por meio da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição ("Cusds") em janeiro/2009; e (iv) a Aneel publicaria em julho/2009 resolução com novametodologia de cálculo para a Tust-g com base na diretriz legal do sinal locacional. Visto que a proposta de tal acordo não alterou em nada a situação fática e jurídica questionada judicialmente pela Companhia, a Companhia não aceitou a proposta realizada pela Aneel. No final de janeiro/2009, a Aneel conseguiu suspender os efeitos da Decisão da Tutela Antecipada obtida pela Companhia em julho/2008 até o julgamento do recurso de Agravo de Instrumento promovido pela Aneel. No início de fevereiro de 2009, a Companhia apresentou pedido de reconsideração e contra-minuta ao Agravo de Instrumento da Aneel. Ainda em fevereiro/2009 o pedido de reconsideração da Companhia foi negado e atualmente aguarda-se o julgamento final do agravo. No início de março/2009, a Companhia recebeu, por meio de fax, Termo de Notificação emitido pela Aneel, o qual aponta que a Companhia (i) não firmou os Cusds com as concessionárias de distribuição cujas instalações são remuneradas pela Tust-g devida por ela; e (ii) não pagou o passivo da Tust-g acumulado de julho/2004 a junho/2007. Nesse sentido, a Companhia utilizará o prazo legal de 15 dias para se manifestar acerca das não-conformidades apontadas pela Aneel no Termo de Notificação. Segundo o parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as chances de êxito na Ação Ordinária não são alteradas diante do recebimento do Termo de Notificação da Aneel.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 18 de março de 2009, às 16h00min, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 30º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os membros do Conselho Fiscal da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., após a análise e discussão das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, inclusive com base no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes a ser emitido até 20 de março de 2009, opinaram de forma unânime favoravelmente acerca dos mencionados documentos, sem qualquer ressalva, indicando seu consequente encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para os devidos fins de direito.

Pedro Antonio Batista Martins Conselheiro Presidente	Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Conselheiro Efetivo	Silvio Abrahão Laban Neto Conselheiro Efetivo	Ronald J. Aldworth Conselheiro Efetivo	Selma Ribeiro Bastos Conselheira Suplente
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Mickey John Peters Presidente		Pedro Antonio Batista Martins Conselheiro Efetivo		Mickey John Peters Diretor Presidente
Austin Laine Powell Vice-Presidente		Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Conselheiro Efetivo		Austin Laine Powell Vice Diretor Presidente
Richard Kelly Mcgee Membro Efetivo		Silvio Abrahão Laban Neto Conselheiro Efetivo		Wagner Bertazo Diretor Financeiro/de Relações com Investidores e Administrativo
Stacey Grace Schrader Membro Efetivo		Ronald J. Aldworth Conselheiro Efetivo		César Teodoro Diretor de Operações
Persi Marcondes Membro Efetivo		Manuel Moreira Giesteira Conselheiro Efetivo		Alcides Casado de Oliveira Junior Diretor Comercial
José Roberto de Andrade Chaves Membro Suplente		Valtier Buck Teixeira Conselheiro Suplente		Mário Augusto Lima e Silva Diretor de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético
Edson Tadeu Lange Membro Suplente		Marcos André Vinhas Catão Conselheiro Suplente		Jairo de Campos Diretor de Recursos Humanos
		Ademar Ruy Bratz Conselheiro Suplente		André Elizabeth Bertone Diretora Jurídica e de Assuntos Governamentais
		Selma Ribeiro Bastos Conselheira Suplente		
		Leonardo Benedito Laraya Toscano Conselheiro Suplente		Angela Seixas Gerente Geral de Contabilidade
				Sandro Peixoto da Silva Contador CRC 1SP245724/O-7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e **(c)** a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 20 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. Conforme mencionado na Nota 24, as demonstrações financeiras incluem os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 10.438 e normas complementares emitidas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em decorrência do Acordo Geral do Setor Elétrico. Nos termos dessas normas, a Companhia ao longo do ano de 2002 e durante o primeiro semestre de 2003 ajustou os montantes referentes às transações de energia, do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, realizadas no âmbito do, à época, Mercado Atacadista de Energia - MAE. Estas transações no total de R\$ 59.491 mil (vendas) e R\$ 172.252 mil (compras), foram liquidadas até 17 de julho de 2003 pelo montante líquido a pagar de R\$ 112.761 mil. Os valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pelo próprio MAE, no entanto, os referidos montantes poderão sofrer modificações em função de decisões judiciais de processos em andamento, movidos por empresas do setor e decorrentes de interpretação das regras do mercado em vigor à época, cujo desfecho não é previsível nas circunstâncias. São Paulo, 20 de março de 2009

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4